

# INDÚSTRIA DE DEFESA NO BRASIL ALGUMAS REFLEXÕES<sup>1</sup>



**Exedito Carlos Stephani Bastos**  
Pesquisador de Assuntos Militares da  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
[defesa@ufjf.edu.br](mailto:defesa@ufjf.edu.br)

Após o advento da Revolução de 31 de março de 1964 e com a idéia de “**Brasil Potência Militar**”, no ano de 1967 foi criado um grupo de trabalho composto por Engenheiros de Automóveis, a maioria oriunda da Escola de Engenharia do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia – IME, que foram os responsáveis por projetar blindados de concepção nacional para atender às necessidades do Exército, chefiados pelo então Tenente-Coronel Pedro Cordeiro de Mello.

Esse grupo trabalhou junto por aproximadamente doze anos e foi responsável por projetos importantes que, concebidos no **Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar, em São Paulo (PqRMM/2)**, chegaram ao estágio de protótipos e foram repassados à indústria privada brasileira. Esta produziu alguns desses modelos em escala industrial, inclusive atendendo a clientes estrangeiros em aproximadamente vinte países, além de suprir parte das necessidades do Exército.

Vale ressaltar que todos os projetos foram concebidos e construídos dentro do Exército, com recursos gerados dentro do próprio **PqRMM/2**, que chegou inclusive a importar canhões e torres para aprendizado e posterior aprimoramento. Disso resultou o desenvolvimento de toda uma família de blindados sobre rodas, ainda em uso no Brasil e exterior.

O mais importante foi a interação entre esse grupo e as empresas brasileiras – e algumas multinacionais – que materializaram os primeiros sonhos para uma realidade até então nova no país.

O problema é que a partir do momento que contratos foram assinados para a produção das primeiras pré-séries com empresas brasileiras, todo este

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na REVISTA DO CLUBE MILITAR – A Casa da República – Ano LXXXI – N° 429 – MAIO – JUNHO – JULHO de 2008, páginas 10/11.

conhecimento foi entregue, inclusive os protótipos, para que elas dessem início à produção, não garantindo nenhum direito sobre os desenhos, patentes, etc. que viesse a beneficiar diretamente o Exército. Isso é comum na Europa, por exemplo, onde o fabricante repassa à força responsável por aquele projeto um percentual sobre as unidades exportadas, auferindo, assim, lucros para que não dependa apenas dos minguados orçamentos, como é o nosso caso.

Após o sucesso inicial, os anos de 1970 e 1980 foram o ponto alto na produção de blindados de concepção nacional ou, como digo sempre, “**MADE IN BRAZIL**”; é claro que a situação do mundo naquele momento favorecia em muito este tipo de desenvolvimento. Ainda existia a Guerra Fria, vários conflitos pelo planeta, os grandes parceiros do Brasil que possuíam “petrodólares” eram a Líbia e o Iraque. Os produtos brasileiros passaram a ter uma boa aceitação no mercado internacional, com uma única empresa, Engesa, vendendo a dezoito países, blindados e caminhões, alguns modelos que nem o Exército Brasileiro chegou a utilizar.

Entre os ensinamentos dessa experiência, podemos levantar pontos importantes para se desenvolver e manter uma Indústria de Defesa:

**CONHECER O NOSSO PASSADO** - através de todos os erros e acertos conseguidos em quase três décadas;

**DESONERAÇÃO FISCAL** - buscando, basicamente, produzir no Brasil com a mesma carga que onera os produtos importados;

**POLÍTICA REAL DE OFFSET** – que realmente transfira tecnologia de ponta para o país e que este possa ter condições de absorvê-la;

**ORÇAMENTO IMPOSITIVO PARA A ÁREA DE DEFESA**, pois, na atualidade, é obra de ficção;

**FINANCIAMENTO** para desenvolvimento de Produtos de Defesa com aquisição de pré-série e garantia de compras mínimas;

**EVITAR IMPORTAÇÕES** de produtos que podem ser desenvolvidos e produzidos por empresas no Brasil, com o cuidado de não se criar uma reserva de mercado prejudicial aos interesses nacionais, como foi feito no passado, nas áreas de informática e telefonia;

**FORTALECER O MINISTÉRIO DA DEFESA** para que tenha maior poder de decisão e seja fator de integração entre as Forças Armadas, com capacidade de decisão para compras de itens que possam atender a estas forças;

**COMPREENDER A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO CONHECIMENTO GERADO PELOS DIVERSOS ÓRGÃOS MILITARES**, preservando-os como fontes para estudos futuros.

Para concretizarmos uma Indústria de Defesa sólida e que possa atender à demanda das Forças Armadas, faz-se necessário:

**Readequar o nosso Parque Industrial de Defesa**, com fusões de empresas, tornando-as mais competitivas e diversificadas, como tem sido feito na Europa e Estados Unidos;

**Criar uma agência de aquisição e avaliação** de material para as três forças ligadas ao Ministério da Defesa, com poder de decisão e como forma de transformar as Forças Armadas em operadoras de sistemas de armas e não detentoras de plataformas “X” ou “Y”, interagindo nos sistemas que forem comuns; recriar empresas estatais para produção de material de defesa que não seja de interesse das privadas (pouca lucratividade, pequenas quantidades

e longo intervalo de compras), como forma de suprir e manter operacionais itens importantes que possam ser produzidos no país, evitando-se importações em escala pequena, como tem ocorrido na atualidade;

**Flexibilizar nossos requisitos técnicos**, pois, no papel, são excelentes, mas na prática lamentáveis;

**Criar maior interação entre os diversos centros de pesquisas**, civis e militares, que, embora pesquisem as mesmas coisas na atualidade, funcionam como ilhas, sem comunicação uma com as outras, gerando gastos e cometendo erros reincidentes até obterem praticamente os mesmos resultados, visto que sempre estamos a reinventar a roda, repetindo erros idênticos a cada 20 anos;

**Criar regras bem definidas** quanto aos itens que seriam de maior interesse para o reequipamento das Forças Armadas e para que os gargalos tecnológicos a serem enfrentados possam vir de cooperação oriundas de países que realmente querem e podem transferir tecnologia de ponta, o que muito ajudaria para salvarmos os “sobreviventes” do que foi a Indústria de Defesa Brasileira;

**Conhecer o nosso passado** e, aí sim, termos uma idéia do que pode ser aproveitado para o aprimoramento e a continuação de projetos que eram viáveis na década de 1990 e que ainda podem muito bem, com algumas modernizações, ter um grande valor para reequipar nossas Forças Armadas e servir como plataforma para agregar conhecimentos importantes. A partir daí, caminharmos para uma sofisticação maior, visto que em tecnologia não se dão grandes saltos, mas, sim, pequenos passos que, somados, possibilitem um caminhar suave e crescente;

**Definir o porquê, para quê e como** pretendemos, no futuro, empregar essas forças, qual o nível de tecnologia que queremos e necessitamos, visto que não temos ambições expansionistas, mas precisamos criar um bloco regional em que, sem dúvida, caberá a nós ser o elo e a força maior para que a região possa ter mais voz ativa no conturbado século XXI, cujo horizonte não é dos melhores;

**Evitar que empresas ligadas à área de defesa digladiem entre si**, como no passado, fazendo com que muitos projetos fossem largados de lado, numa competição que caminhava para uma quase hegemonia de um determinado grupo. Muitas das soluções e necessidades reais de nossas Forças Armadas foram esquecidas, sonhando com um grau de sofisticação muito distante de nossa realidade, tanto que hoje continuamos a comprar equipamentos de segunda-mão excedentes da Europa e Estados Unidos, embora, em vários casos, houvesse um similar nacional, muitas vezes superior ao que vem sendo adquirido;

**Ter uma visão estratégica** que nos faltou em décadas passadas, e compreender que produzir e desenvolver material de defesa não faz mal à sociedade, visto que se conseguirmos dominar pontos importantes nesta área, ela trará enorme benefício a todos, desenvolvendo tecnologias sensíveis que os países mais adiantados não querem e não podem nos transferir;

**Só um decreto não basta** para mantermos e ampliarmos uma Indústria de Defesa. Seria de extrema importância manter um museu tecnológico que

agregasse tudo o que sobrou do nosso desenvolvimento nessa área no passado, com a finalidade de servir de base para desenvolvimentos futuros;

É preciso analisar a grande interatividade entre as indústrias nacionais e multinacionais e as Forças Armadas que, na época, transformou o País num produtor de material de defesa para seu uso e exportação, com erros e acertos, desenvolvendo tecnologias que na maior parte não podiam ser compradas, pela simples razão de que quem as detém não ensina a dominar seu ciclo de produção, criando a terrível dependência;

Diversas etapas do ciclo de projeto, desenvolvimento e produção foram exercitadas e entendidas. No momento em que toda a cadeia de desenvolvimento e produção entrou em crise, os governantes não cuidaram de preservá-la. Isso inclui todo o conhecimento gerado por anos de pesquisas e qualificação de pessoal que, da noite para o dia, se viu desempregado, desamparado e lançado à própria sorte. Nem o material foi mantido para uma retomada futura – a maior parte virou papel velho – e o maquinário e protótipos simplesmente foram sucateados, vendidos como ferro-velho, sepultando assim um fator essencial para o domínio da tecnologia na área de defesa;

Faltou visão estratégica e vontade política, pois as alegações de que “importar é mais barato” e que “isso era coisa da ditadura” prevaleceram nos últimos anos e somente agora estamos percebendo o que realmente foi feito.

**O DESEJO DE TER UM EQUIPAMENTO BRASILEIRO DEVE SER DOS BRASILEIROS E NÃO DOS FABRICANTES MUNDIAIS.**

**TECNOLOGIA NÃO SE COMPRA, DESENVOLVE-SE.**

CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS PAULINO SOARES DE SOUSA

**Universidade Federal de Juiz de Fora**

